

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ASPECTOS AMBIENTAIS NO COTIDIANO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA BAIXADA OCIDENTAL MARANHENSE

Maria da Conceição Pinheiro de Almeida
Doutoranda em História Social
Universidade Federal do Ceará
msconceicao14@yahoo.com.br

Elizabeth Sousa Abrantes
Doutora em História Social
Universidade Estadual do Maranhão
bethabrantes@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo identificar aspectos da história ambiental presentes no cotidiano das comunidades quilombolas na Baixada Ocidental Maranhense. O território é elemento central para os quilombolas, visto que nele estão fincadas suas marcas identitárias que os definem como tais. É no território que se forjam as condições essenciais de sobrevivência do grupo: alimentação, trabalho, religião, crenças, festas, sociabilidades. Os territórios tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc.) são alvos de constantes disputas entre seus ocupantes e o grande capital, cujos interesses se pautam no uso especulativo da terra. Este trabalho utilizou as fontes orais, haja vista a contemporaneidade das questões nele discutidas e o acesso aos membros das comunidades estudadas. Além dos depoimentos, buscamos o apoio na bibliografia disponível sobre a temática discutida, com destaque para aquela voltada para a história ambiental. As visitas às comunidades e as conversas com moradores evidenciaram a importância da natureza para a sobrevivência nas comunidades quilombolas, uma vez que dela retiram muito do que necessitam em seu cotidiano, relacionado à alimentação, à saúde, aos rituais religiosos, às ações de sociabilidades.

Palavras-chave: Baixada Ocidental Maranhense. Comunidades quilombolas. História ambiental.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo discutir aspectos ambientais presentes no cotidiano das comunidades quilombolas na Baixada Ocidental Maranhense¹, já que a

¹ A Baixada Ocidental Maranhense abrange uma área que envolve municípios de duas microrregiões, na atual configuração (Baixada Maranhense e Litoral Ocidental Maranhense), os quais formavam, até a década de 1990, a Baixada Ocidental Maranhense.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

natureza é essencial para suas existências, pois dela retiram quase tudo que necessitam para sobreviver. O território é elemento central no viver quilombola, razão dos constantes embates pelo direito à terra desse grupo social, já que nele estão as marcas identitárias que definem seus habitantes. É no território que se forjam as condições socioeconômicas e culturais indispensáveis para a sobrevivência do grupo. Nesse sentido, é importante pensar que os quilombolas, assim como outras categorias sociais marginalizadas, convivem com situações de violência, seja pelas ações do Estado em suas diversas esferas (federal, estadual, municipal), seja pelo grande capital, na medida em que as comunidades quilombolas caminham na contramão das concepções capitalistas de uso do meio natural, cujo objetivo é o lucro.

Na feitura deste trabalho, utilizamos como metodologia a oralidade, dada a contemporaneidade do tema e a possibilidade de coleta de depoimentos de moradores destas comunidades. Assim, as observações *in loco*, as entrevistas, as conversas informais com moradores e até com autoridades municipais foram utilizadas para a pesquisa, assim como o apoio teórico de bibliografia que trata da história ambiental, da história social e da história local. As comunidades quilombolas compõem-se de diversos agentes sociais, e aqui queremos destacar as mulheres quebradeiras de coco babaçu, as quais ao longo de décadas têm travado uma luta com grandes proprietários rurais e/ou empresas do agronegócio pelo direito de realizar a coleta do coco babaçu nas regiões em que vivem, atividade responsável pela complementação do sustento de muitas famílias na Baixada Ocidental Maranhense.

Nas comunidades visitadas na Baixada Ocidental Maranhense, a saber, Rio dos Peixes e Santana dos Pretos (Pinheiro/MA), Damásio (Guimarães/MA) Quilombo Nazaré (Serrano do Maranhão/MA), foi possível observar como ponto forte a disputa territorial com indivíduos ou grupos empresariais pela posse do território, inclusive, comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, ameaçadas de expulsão das terras ocupadas atualmente, como é o caso da comunidade quilombola de “Sudário”, no município de Pinheiro/MA, também visitada por nós.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Nesse estudo, pudemos depreender também, o quanto meio ambiente e sociedade interagem entre si, embora de maneira quase nunca harmônica, porém, numa relação de mútua dependência. No caso das comunidades quilombolas, as matas, rios, mares são fundamentais para a sobrevivência social, econômica e religiosa das mesmas, razão pela qual desenvolvem uma consciência de preservação e uso sustentável dos recursos naturais.

Comunidades Quilombolas e Meio Ambiente

A relação dos quilombolas com o meio ambiente vem se estabelecendo desde que o africano foi trazido para o Brasil como sujeito escravizado, quando foram formados os primeiros quilombos. Quando os indivíduos ou grupos fugiam, as condições naturais influenciavam decisivamente na escolha dos locais onde se estabeleceriam, assim como os recursos naturais que dificultariam a localização desses quilombos, mas também que facilitariam seus estabelecimentos. Diversos estudos que tratam de quilombos narram essa questão, como é o caso do trabalho de Matthias Assunção (1996, p. 434) na sua análise sobre os quilombos maranhenses. Segundo esse autor,

(...) o Maranhão apresentava, em quase toda a parte norte do seu território, abundantes matas com muitos rios e riachos. Isso implicou durante muito tempo uma ocupação mais tênue do espaço e favoreceu o estabelecimento de quilombos nas cabeceiras dos rios, nos locais mais afastados das florestas, zonas não ocupadas pela grande lavoura. Além do mais, grande parte dessas matas no centro da província escapava totalmente ao controle do Estado. Era uma verdadeira fronteira, além da qual desertores, quilombolas e outros fugitivos podiam sentir-se relativamente seguros.

Além da influência das condições naturais na escolha da localização dos quilombos, havia a interferência dessas mesmas condições na ocupação do espaço maranhense pelos produtores da lavoura agroexportadora da época, propiciando uma área de fronteira agrícola ainda não ocupada pelo colonizador, embora estivesse povoada de indígenas. Assim como os seres humanos interferem na natureza, esta também influencia a forma de agir das populações, sendo decisivas também as construções culturais de cada grupo. Ou seja, natureza e sociedade estabelecem relação de reciprocidade entre si (FUNES; RIOS, 2019).

Em sua pesquisa, Funes (1996, p. 474) também menciona a influência das condições naturais nas fugas de escravos, quando analisa os quilombos do Baixo Amazonas:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Conhecer o meio ambiente tornara-se fundamental para o sucesso das fugas. No tempo das cheias, capinzais crescem às margens dos lagos e formam tapagens, obstruindo os igarapés que ligam os lagos entre si e aos rios, dificultando a passagem e camuflando os “caminhos”. Estabelecidos acima das corredeiras e cachoeiras, os quilombolas interpunham obstáculos naturais entre si e seus perseguidores. Ultrapassá-los implicava ser bom de remo e hábil em desviar-se das pedras. Por sua vez, os caminhos pelas matas encurtavam as distâncias em relação a rios cheios de meandros. Para conhecê-los, era necessário ser mestre.

Conforme Funes (1996), a questão da relação dos quilombolas com a natureza à sua volta era de reciprocidade, uma vez que as experiências vividas por esses agentes lhes proporcionavam adequar o espaço natural às suas necessidades do momento, a exemplo de obterem sucesso nas fugas. Rios, riachos e igarapés eram rotas e esconderijos, além de fazerem aparecer outras habilidades, como por exemplo, a arte de remar e antever as situações de perigo representadas pelas pedras existentes ao longo desses rios, riachos e igarapés.

O cotidiano das comunidades quilombolas traz como ponto forte essa relação de seus ocupantes com seus territórios, logo, com o meio natural onde estão inseridos. A terra, e o que nela há, torna-se fundamental para a continuidade da existência desses grupos. Nesse sentido, a história ambiental ganhou destaque como campo de investigação a partir do final do século XX, buscando “reconhecer a historicidade dos sistemas naturais” sem deixar de lado “as sociedades humanas”, ou seja, o seu maior desafio é “construir uma leitura aberta e interativa da relação entre ambos” (PÁDUA, 2010, p. 97).

Nas comunidades quilombolas que analisamos², é possível perceber a importância que o ambiente natural exerce na sua cotidianidade. O olhar que têm sobre a natureza ultrapassa o papel de mera provedora de bens materiais, olhar esse demonstrado na forma como se relacionam com seus territórios, conforme aponta o depoimento abaixo de uma liderança quilombola:

Território para nós é um espaço sagrado, pra nós é um espaço sagrado, essencial para nossa sobrevivência. Território pra nós é tão essencial que se tirar da gente, a gente não consegue sobreviver. Então, assim, ele é sagrado por isso. Tudo que tem dentro dele é sagrado pra nós; território é a nossa sobrevivência; vamos dizer, o nosso pai e a nossa mãe. É onde a gente tira tudo para a nossa sobrevivência; é onde a gente consegue viver bem, viver em harmonia; é o lugar que nos equilibra, fisicamente, financeiramente e espiritualmente, porque o nosso bom viver depende desse território sagrado para nós, tanto que a questão é... é do bem viver espiritualmente, saúde, tudo

² Quilombo Nazaré, no município de Serrano/MA; Comunidade Quilombola de Santana dos Pretos, no município de Pinheiros/MA.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

isso... Então, território para nós é isso, esse espaço sagrado e essencial para nossa sobrevivência (Depoimento de Gil, do “Quilombo Nazaré”, no município de Serrano/MA, em 15 de fevereiro de 2019).

Nessa fala, podemos perceber a ênfase que é dada à importância do território e tudo que ele possui para a sobrevivência da comunidade, a ponto de ser considerado sagrado, essencial para a sobrevivência, dele dependendo o equilíbrio das condições físicas e espirituais de seus moradores.

Em outro trecho desta mesma entrevista, o líder quilombola fala também da importância da preservação do meio ambiente para a comunidade e para a saúde de seus moradores.

Quando a gente fala da questão da saúde é porque manter é preservar esse território, preservar as matas pra que a gente possa ter onde tirar as nossas ervas medicinais, usar a casca do jenipapo, da janaúba, e assim usar a própria... como é que se diz... usar esse espaço também espiritualmente, porque muitas das doenças a gente tem que curar, precisa dos nossos orixás, das nossas encantarias, pra que a gente possa... Muitas dessas curas, dessas doenças a gente tem que curar através deles, e quando a gente devasta o território, a gente começa a devastar, derrubar tudo, normalmente eles vão se afugentano (sic), eles vão procurano (sic) outras áreas (Depoimento de Gil, do Quilombo Nazaré em Serrano/MA, em 15 de fevereiro de 2019).

A saúde física e espiritual é outra questão que envolve a natureza, tanto na cura das enfermidades, quanto em rituais e crenças dos processos dessas curas. As matas são viveiros de plantas e raízes fundamentais para essa prática curativa, assim como são locais de morada de entidades espirituais também envolvidas nos rituais de cura, conforme as crenças dessas comunidades. Nas conversas com os moradores dessas comunidades quilombolas, ficou claro que muitas pessoas ainda recorrem aos terreiros, seja em momentos das grandes festas, ou ainda de forma individual, para fazerem suas consultas, e muitos se declararam satisfeitos com os tratamentos oriundos da chamada “medicina tradicional africana”, que utiliza de rezas, benzimentos e ervas para curar muitas doenças.

A compreensão que têm as comunidades quilombolas sobre a relevância de seus territórios para suas existências se assemelha às colocações de Wedig e Ramos (2016, p. 61), que dizem que “aos territórios estão ligados também os sistemas de classificação e de manejo de plantas, animais, água e terra, dos sistemas de plantio, colheita, dos modos de distribuição e de consumo dos alimentos, as relações com a natureza e com o cosmo”. Diante das falas dessa liderança quilombola, podemos perceber a compreensão sobre o meio ambiente presente nas comunidades quilombolas, caminhando na contramão do

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

projeto hegemônico do capitalismo e do ultraliberalismo, estando aí um dos objetivos da história ambiental, que segundo Funes e Rios (2019, p. 25), está em “compreender a formação de espaços vividos, praticados e experimentados por sujeitos subjugados” a esse projeto, os quais são “espaços de cruzamentos e de mobilidades pluriétnicas, onde se gestam novas territorialidades, sociedades, identidades e culturas”.

Na comunidade quilombola “Santana dos Pretos”, localizada no município de Pinheiro/MA, a ideia de preservação do território passa pela manutenção do caráter coletivo da terra, dessa forma, esperam afastar a ameaça da incursão capitalista, com seus projetos agropecuários que resultam na expulsão dos trabalhadores rurais, como mostra a fala de uma liderança local.

A terra, apesar de cada um ter seu quinhão para trabalhar, é coletiva, não é individual. Eu tenho, mas não sei aonde é, porque sem ser coletiva, sendo individual eles vendem... não é individual, é coletiva. O título é um só, cada qual tem seu título, mas não tem diferença, não tem demarcação (Entrevista realizada com a liderança quilombola de Santana dos Pretos, em 26 de maio de 2011).

Como podemos observar, os povos tradicionais, como os quilombolas, por exemplo, têm suas formas peculiares de se relacionarem com a natureza, dado os usos e valores que fazem de seus territórios. Entretanto, outros setores e apelativos estão presentes na relação entre os grupos humanos e a natureza, que também devem ser levados em consideração na feitura de uma história ambiental, como nos mostra Pádua (2010, p. 97), para quem “a história ambiental, como ciência social, deve sempre incluir as sociedades humanas. Mas também reconhecer a historicidade dos sistemas naturais”.

Parece ser essa uma das principais propostas dos historiadores que estão trilhando esse campo investigativo, na medida em que têm buscado trabalhar não apenas a ação humana sobre a natureza, na perspectiva dominante do homem com relação ao meio ambiente, até mesmo destruidora em certa medida, mas, sobretudo, a interação existente entre ambos. Tal perspectiva vem de encontro a trabalhos históricos cuja ênfase se pautava no progresso econômico estabelecido pelo uso de técnicas avançadas, visando o desenvolvimento com a geração de riquezas.

Esse paradigma, onde a natureza é pensada apenas como espaço de desenvolvimento econômico, sob o controle das camadas poderosas, que subjugam e tornam invisíveis outros atores sociais vem sendo contestada, como mostra a crítica de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Funes e Rios (2019, p. 18) à euforia do mercado com a descoberta de novos recursos naturais, a exemplo da descoberta do biodiesel extraído da mamona: “Tratamos de celebrar o biodiesel sem pensar que a sua produção coloca regiões inteiras sob o julgo da monocultura da mamona”.

No contexto das comunidades quilombolas, analisando sob a perspectiva da relação que estabelecem com a natureza, é importante considerar o peso que o meio ambiente exerce sobre diferentes agentes que compõem essas comunidades, como por exemplo, as quebradeiras de coco babaçu, presentes em quase todas as comunidades quilombolas da Baixada Ocidental Maranhense. A relação dessas trabalhadoras rurais como o ambiente em que vivem é fator preponderante para o desenvolvimento de suas atividades de sobrevivência, no caso específico desta região, os babaçuais.

A atividade da quebra do babaçu no Maranhão representa para as comunidades rurais pobres uma forma de ajudar na renda familiar, cuja base é a agricultura cultivada no âmbito da família. É também uma atividade desenvolvida essencialmente pelas mulheres, sendo que a participação masculina se restringe quase sempre ao transporte do produto.

A exploração do babaçu no Maranhão acontece desde o período colonial, mas ganhou destaque com o advento das duas guerras mundiais do século XX. Foi nesse período que suas potencialidades econômicas ficaram conhecidas no mercado internacional, tornando-o um produto de exportação (MESQUITA, 1998).

O crescimento da importância econômica do babaçu levou ao aumento da exploração das quebradeiras de coco por parte dos grandes proprietários de terras, onde se situam os babaçuais. É certo dizer também que essa atividade de coleta e quebra do coco babaçu já foi muito mais praticada em outras épocas.

Na atualidade, talvez em face dos programas sociais, mas também pela desvalorização do preço do produto na venda direta, percebemos a diminuição da atividade, porém, as mulheres que ainda praticam essa atividade estão muito mais organizadas, e por isso mesmo vêm se projetando mais nos espaços sociais, dando visibilidade ao seu trabalho e lutando por mais direitos sociais.

A elevação do nível de conscientização dessas mulheres tem contribuído também para a expansão comercial dos produtos elaborados a partir do babaçu, inclusive,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

alcançando o mercado internacional. Produtos de limpeza, cosméticos, óleos, produtos medicinais, estão entre os produzidos, geralmente, por grupos de mulheres.

Para as quebradeiras de coco, a relação com as palmeiras de babaçu vai além do valor de troca, fazendo parte da construção de sua própria identidade como mulheres trabalhadoras rurais. Nessas comunidades rurais, a exemplo das comunidades quilombolas, os babaçuais estão inseridos nos seus valores culturais, nos imaginários coletivos, especialmente com a representação da palmeira como uma mãe, uma figura maternal responsável pela alimentação e sobrevivência.

Ah eu não gosto não quando tá cortando uma palmeira que ela geme, ela vai pra deitar no barro, aí meu coração dói. Palmeira é uma serventia muito grande pra nós, nós quebramos o coco, nós torrmos o coco, tudo vem da palmeira, aí derrubando ela vai morrer, ela não vai mais botar coco, vai morrer, eu não gosto não, às vezes eu escuto alguém tá derrubando uma palmeira aquilo é mesmo que uma mãe tá morrendo (Entrevista com a quebradeira de coco Maria Leite. Apud BARBOSA, 2014, p. 307).

O protagonismo das mulheres nessa atividade de quebra do coco babaçu também foi objeto de estudo da antropóloga Maristela de Paula Andrade (2015), a partir de um estudo realizado no início deste século, com quebradeiras de coco da região do Mearim, as quais relataram os conflitos agrários, especialmente da década de 1980, em torno da luta pelo acesso livre às palmeiras de babaçu.

A palmeira do babaçu é uma planta encontrada nas regiões norte e nordeste do Brasil, com destaque para o Estado do Maranhão. Seu extrativismo é antigo, servindo como meio de sobrevivência, como alimento, e partir do momento que ganhou valor comercial, tornou-se uma fonte de renda para as famílias pobres da zona rural do estado, com destaque para a microrregião da Baixada Ocidental Maranhense, recorte espacial deste estudo.

A viabilidade econômica do babaçu foi constatada pelo mercado internacional, tendo em vista suas propriedades nas linhas de limpeza, cosmética e energética. Após a primeira grande guerra mundial, teve início sua exploração comercial em larga escala. Várias indústrias nacionais e estrangeiras foram instaladas no Maranhão, beneficiadas com incentivos por parte do governo local (ARAUJO JUNIOR; DMITRUK; MOURA, 2014).

O fluxo da comercialização do babaçu se dava envolvendo quebradeiras de coco, pequeno comerciante, grande comerciante e indústria, que poderia ser nacional ou

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

internacional, com uma grande desvantagem para as quebradeiras de coco, as quais formavam a base do esquema de comercialização. Sobre essa cadeia produtiva que marginalizava as mulheres extrativistas, a historiadora Viviane Barbosa explica que:

Ainda que seu trabalho começasse a apontar uma nova fase para as famílias do interior maranhense, contraditoriamente os extrativistas tenderam a ficar marginalizadas nesse processo, pois à medida que o mercado do babaçu crescia tinham de acelerar a produção de amêndoas, embora não obtivessem benefícios merecidos com a venda do produto. Isto ocorria porque o babaçu obedecia a uma cadeia de comercialização, na qual os extrativistas estavam sujeitos a vender o coco por ínfimo valor a atravessadores e, em contrapartida, adquirir mercadorias industrializadas a preços exorbitantes (BARBOSA, 2014, p. 290).

A partir da década de 1970, com a intensificação da atividade pecuária, as áreas de babaçu começaram a ser devastadas para a formação de pasto para abrigar fazendas criatórias de gado, oriundas da privatização das terras consideradas devolutas do Maranhão, facilitada pela Lei de Terras nº 2979/1969, também conhecida como Lei Sarney.

A consequência dessa ação foi o conflito entre fazendeiros e posseiros, atingindo de maneira particular as quebradeiras de coco babaçu, tanto pela destruição das palmeiras quanto pelo impedimento de retirar o coco retido no interior das inúmeras cercas que limitavam as propriedades rurais (BRASIL, 2019).

Esse momento de crescimento da agropecuária, facilitado por uma legislação favorecedora do latifúndio, foi também um momento de despertar e de maior mobilização dos trabalhadores rurais, os quais precisavam juntar esforços para resistir, coletivamente, a esse avanço fundiário, o qual atingia diretamente os territórios dos povos tradicionais, e em meio a eles estavam/estão as quebradeiras de coco babaçu.

Considerações Finais

No desenvolver deste artigo pudemos perceber quão importante é a relação construída entre os povos tradicionais e o meio ambiente. Dificilmente essa relação se esgota no lucro, na concepção individualista. A natureza é, geralmente, pensada a partir de uma visão coletivista, visando o bem comum, assim como a sua capacidade de atender suas necessidades de maneira mais perene, daí o cuidado com a preservação. Outra questão é que, na maioria das vezes, o meio natural constitui o único recurso de provisão de sobrevivência para os povos tradicionais, especialmente, os quilombolas, pretos e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

pretas, homens e mulheres, que além de outros entraves, enfrentam situações de preconceitos, discriminação, enfim, o racismo, fechando-lhes a porta para a educação, para o trabalho, para a saúde. A natureza é o alimento de cada dia, é o remédio para as doenças, é o recurso financeiro para o provimento de outras necessidades que estão fora dela. Se ela é tudo isso a solução é preservar a fim de garantir a sobrevivência.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Maristela de Paula. Conflitos agrários e memória camponesa no Maranhão. In: BARROS, Antônio Evaldo Almeida et al (Orgs). **Histórias do Maranhão em tempos de República**. São Luís: São Luís: Editora UFMA, p. 439-455.

ARAUJO JUNIOR, Miguel Etinger de; DMITRUK, Erika Juliana; MOURA, João Carlos da cunha. **A Lei do babaçu livre**: uma estratégia para a regulamentação e proteção da atividade das quebradeiras de coco no estado do Maranhão. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2013v35n68p129>
Consultado em: 17 de julho de 2020.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Quilombos maranhenses. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). **Liberdade por um fio**: História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. A economia do babaçu: entre esquecimentos, afirmações e contradições. In: PACHECO FILHO, Alan Kardec Gomes; CORRÊA, Helidacy Maria Muniz; PEREIRA, Josenildo (Orgs.). **São Luís 400 anos: contradições de uma cidade histórica**. São Luís: Café & Lápis; Ed. UEMA, 2014.

BRASIL. Embrapa da Amazônia Oriental. **A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas**. Belém, Pará, Brasil, 2019.

FUNES, Eurípedes Antonio; RIOS, Kênia Sousa. História Ambiental: alguns desafios conceituais e políticos. In: ARAKAKI, Suzana; KMITTA, Ilyane do Rocio; ZIRMMERNAM, Tania Regina (Orgs). **História Ambiental**: configurações do humano e tessituras teórico-metodológicas. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

_____. “Nasci nas matas, nunca tive senhor” – História e memória dos mocambos do baixo Amazonas. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). **Liberdade por um fio**: História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **A Crise da Economia do Babaçu no Maranhão (1920-80)**. Anais do XVIII Annual Student Conference of Latin America, patrocinado pelo ILASSA — Insitute of Latin Studies Student Association, da Universidade do Texas, em Austin, 1998.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Revista Estudos Avançados**, nº 24, (68), 2010.